



REPRIMARIZAÇÃO TERRITORIAL, DINÂMICA REGIONAL E URBANIZAÇÃO NO BRASIL

Hipólita Siqueira

Universidade Federal do Rio de Janeiro | hipolitaufjrj@gmail.com

Resumo geral: Nas últimas décadas, os contextos geopolíticos e geoeconômicos mundiais foram reconfigurados pelo estabelecimento de uma hegemonia sino-americana e pela mudança da atividade produtiva global para a Ásia. A China tornou-se uma grande receptora de investimentos industriais, importadora de matérias-primas e alimentos e detentora de reservas significativas de dólares. No âmbito desses processos, têm sido impostas hierárquicas divisões espaciais do trabalho, as quais concentram os segmentos com maior potencial de desenvolvimento regional em determinados nós das redes econômicas globais, sob o comando de empresas transnacionais e poderosos Estados nacionais. Na configuração de redes urbanas internacionais, assume importância o papel de serviços empresariais e financeiros concentrados em cidades globais, tendo em vista as necessidades de coordenação e gestão da produção em redes geograficamente extensas. Além disso, também são beneficiadas as gateway cities, interligando a hinterlândia de recursos naturais às cadeias globais de valor. Por outro lado, análises sobre a “urbanização planetária” destacam o papel dos grandes projetos de infraestrutura (corredores do agribusiness, infraestruturas de irrigação, paisagens terrestres, subterrâneas e marítimas de extração de recursos naturais etc.) que articulam a urbanização estendida aos diversos territórios da produção de commodities.

A incorporação da América Latina nos circuitos da economia global tem ocorrido com base em recursos naturais essenciais para o capitalismo contemporâneo (reservas de petróleo e gás, províncias minerais, florestas, água e terras agricultáveis). O super ciclo de preços das commodities no início deste século, determinado pela demanda crescente da China e pelo processo de financeirização, refletiu-se em aumento significativo das exportações latino-americanas de commodities minerais, agrícolas e energéticas. Nesse continente, a intensidade da expansão primário-exportadora e a re-especialização em bens primários intensivos em recursos naturais suscitam análises de distintas matrizes teóricas sobre a reprimarização e o neoextrativismo. Sob uma perspectiva macrogeográfica, tais abordagens

colocam no centro do debate a constituição de várias periferias de recursos naturais, ecoando e concebendo abordagens atualizadas sobre a dependência e o colonialismo.

Mais recentemente, emergiu uma conjuntura global de polícrises (econômica, pandemia de COVID-19, guerras, emergência climática e catástrofes recorrentes), corrida científica e tecnológica, políticas de descarbonização e disputas geopolíticas pelas fontes de recursos naturais. Nesse contexto, estratégias dos países centrais (especialmente Estados Unidos e Europa em contraposição à China) vêm conformando tendências de reorganização territorial das cadeias produtivas e de fornecimento através de movimentos conhecidos como reshoring (trazer de volta os processos produtivos industriais para dentro das fronteiras nacionais), nearshoring (realocação de partes das cadeias produtivas para países com proximidade geográfica), friendshoring (realocação de partes das cadeias produtivas para países aliados e estratégicos) e powershoring (realocação da produção para países com matrizes energéticas de bases renováveis).

Tais movimentos podem resultar na acentuação do processo de reprimarização no Brasil. Para além de uma perspectiva meramente macroeconômica, argumenta-se pela importância de uma perspectiva territorial sobre essas transformações em curso, considerando a configuração de diversas economias regionais de enclave e suas implicações em múltiplas dimensões (produtivas, geográficas, políticas, sociais, ambientais e culturais) e articulações em escalas espaciais.

O objetivo desta sessão livre é refletir sobre os efeitos da reprimarização territorial sobre a dinâmica regional e a reconfiguração urbana e produtiva no Brasil. Desse modo, as palestras aqui propostas empenham-se na discussão de questões sobre as especificidades e consequências da constituição de uma estrutura produtiva nacional comandada por commodities em termos de: i) enraizamento e efeitos expansivos dos processos produtivos associados e tecnologias; ii) uso e remuneração da força de trabalho, infraestrutura, financiamento público, terras e recursos naturais; iii) divisão territorial do trabalho e distribuição de renda associada a este padrão; iv) papel do Estado e das empresas nacionais e transnacionais nos circuitos de produção; v) implicações e limites da especialização e do engate em cadeias globais de commodities para o desenvolvimento regional, a urbanização e o planejamento urbano e regional; e vi) surgimento e consequências de uma geografia da polarização política, de cunho conservador, religioso, militar e ambientalmente negacionista, fundada em interesses regionais de grupos e atores econômicos associados à produção, financiamento e comercialização de commodities agro-minero-energéticas com efeitos negativos e contrários a políticas redistributivas inclusive as de cunho territorial.

TENDÊNCIAS DA DINÂMICA REGIONAL BRASILEIRA E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Hipólita Siqueira

Universidade Federal do Rio de Janeiro | hipolitaufjrj@gmail.com

No Brasil, território de dimensão continental, ocorrem transformações importantes na estrutura produtiva em simultâneo às tendências de reprimarização e especialização das exportações em bens intensivos em recursos naturais diversos (água, energia, florestas, terras agricultáveis e províncias minerais). Vários estudos afirmam que há forte correlação entre as baixas taxas de crescimento da economia nacional e a tendência de desindustrialização, ou seja, de redução do adensamento das cadeias produtivas no território nacional. Nesse sentido, o padrão contemporâneo marcado por perdas de quantidade e qualidade de importantes elos das cadeias produtivas contrasta com aquele do período de substituição de importações em que o crescimento econômico acompanhava expressiva diversificação da estrutura produtiva.

Considerando as questões impostas por um novo contexto nacional e internacional e pelas próprias especificidades da configuração produtiva regional brasileira, tornou-se muito mais complexa uma visão macrogeográfica sobre a dinâmica regional no território nacional. A clássica discussão pautada por tendências macrorregionais de concentração e desconcentração regional da atividade produtiva, caracterizadas em períodos anteriores no âmbito dos processos de integração do mercado nacional e de industrialização (1930-80), encontra sérias limitações. A ampliação da heterogeneidade interna às macrorregiões brasileiras, com o surgimento de sub-regiões de maior crescimento e produtividade, bem como a crescente importância das cidades médias em regiões dinamizadas pela exportação de commodities minerais, agrícolas e energéticas ganham relevância no período atual de maior internacionalização econômica e reprimarização.

Por conta dessa dinâmica regional, torna-se necessário revisitar e averiguar a pertinência da utilização de conceitos historicamente importantes para o desenvolvimento latino-americano, tal como o de enclave territorial. Desse modo, questionar até que ponto seriam importantes para a compreensão dos espaços produzidos pela globalização contemporânea. Em sentido contrário, o debate mais geral sobre recursos naturais e desenvolvimento econômico enfoca as potencialidades da formação de complexos produtivos e clusters territoriais nas regiões especializadas na produção e exportação de commodities, negligenciando as várias configurações de enclave.

AGRONEGÓCIO NO BRASIL: URBANIZAÇÃO E (RE)ESTRUTURAÇÃO URBANO-REGIONAL

Denise Elias

Universidade Estadual do Ceará | deniseliasgeo@gmail.com

Nossa fala se alicerça em algumas teses interligadas e complementares que defendemos. A tese central é a de que o agronegócio é um dos principais vetores de reorganização do território brasileiro, especialmente desde os anos 1970, e promove urbanização e (re)estruturação urbano-regional em várias partes do país.

Uma segunda tese é a de que a urbanização promovida pelo agronegócio é uma urbanização corporativa fragmentada e, assim, um dos signos da forma subordinada e dependente como o Brasil se insere na divisão internacional do trabalho. As evidências estão nas formas de usos extremamente predatórias do território pelos agentes hegemônicos do agronegócio, que culminam com a fragmentação do território e com a formação de regiões produtivas extremamente especializadas na produção de commodities, agrocombustíveis e alimentos processados.

A formação de cidades especializadas no atendimento às demandas de produtos e serviços modernos para o agronegócio é a chave explicativa da terceira tese, uma vez que defendemos que é na cidade que se processa parte da materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio. Entendemos que isso está entre os vetores de incrementos não só da economia urbana nas áreas de fronteira agrícola, mas também pode ser apontado como fator causal tanto da formação, quanto da (re)estruturação de várias cidades, de muitas novas e complexas relações campo-cidade, assim como do incremento da urbanização, da mesma forma que com a formação de novas regionalizações.

Associados aos processos supracitados, concomitantemente à macroubanização e à metropolização no Brasil, difundem-se e crescem também as cidades de porte médio e as cidades pequenas, como tão bem vem mostrando os dados do Censo Demográfico de 2022, tornando muito mais complexa a rede urbana, uma vez que aumentam tanto os fatores de dispersão, quanto os de concentração econômica. Assim sendo, desde os anos 1980, temos uma remodelação do território e a organização de um novo sistema urbano.

O AVANÇO DA METROPOLIZAÇÃO NO TERRITÓRIO SOB O LASTRO DA REPRIMARIZAÇÃO

Rosa Moura

Observatório das Metrópoles | rmoura.pr@gmail.com

Com base nos resultados do Censo Demográfico de 2022 sobre o crescimento e a distribuição da população no território, pôde-se traçar hipóteses sobre a expansão da metropolização e suas transformações espaciais. Metropolização aqui compreendida como um estágio

avançado da urbanização, que envolve a totalidade do território e engendra dinâmicas de concentração e expansão urbanas. Tem as metrópoles como produtos mais conhecidos, mas vai além, seja na composição de conglomerados urbanos de extensão regional seja na expansão do espaço urbanizado a áreas que alcançam as fronteiras do país.

As concentrações metropolitanas se confirmam como espaços plurimunicipais concentradores de população e em crescimento, particularmente em municípios periféricos, em um continuum próximo à linha da costa. Indo além do perímetro interno dessas, a metropolização configura arranjos espaciais expandidos contínua e descontinuamente, aglutinando metrópoles, concentrações urbanas não metropolitanas, médias concentrações e pequenos arranjos populacionais, além de municípios menores que preenchem os interstícios desses conjuntos com elevado crescimento populacional, ampliando o campo de forças das unidades metropolitanas, tornando-os mais complexos à implementação de políticas públicas adequadas e articuladas entre instâncias da federação.

Adentrando o território, algumas concentrações metropolitanas e outras não metropolitanas, mas que constituem capitais de UFs (futuros espaços metropolitanos?), além de médias concentrações urbanas e, entre um amplo conjunto, alguns municípios com menos de 100 mil habitantes, evidenciam similar comportamento. As taxas e os incrementos populacionais mais elevados incidem sobremaneira em centralidades regionais e municípios ligados à atividades da reprimarização da economia (agronegócio, mineração, grandes projetos energéticos e infraestruturas), como também naquelas que servem a portos e redes de logística e serviços voltados à exportação e importação. Alcançam (e transpõem) as fronteiras do país, estimuladas pela sinergia de arranjos espaciais transfronteiriços.

Em tal cenário de concentrações, como governar as novas categorias espaciais resultantes da dinâmica de crescimento e ocupação do território? Quais os agravantes de sua composição plurimunicipal/plurinacional na gestão urbana e no exercício da cidadania? Se os espaços metropolitano e pré-metropolitano se mantêm em consolidação, qual a duração das Cidades que emergem nos caminhos da reprimarização da atividade econômica? Quais atributos se disseminam nesses novos espaços, além de artefatos urbanísticos e apelos para o consumo de produtos e hábitos de corte metropolitano? Pode-se confirmar uma associação entre os capitais/interesses ligados à essas atividades e aqueles do setor imobiliário? Essas são algumas questões que se pretende incentivar com a apresentação proposta.

REPRIMARIZAÇÃO COM CARACTERÍSTICAS BRASILEIRAS

Lisandra Pereira Lamoso

Universidade Federal da Grande Dourados | lisandralamoso@ufgd.edu.br

Primarização é um fenômeno caracterizado por certa vulnerabilidade nas estruturas produtivas de um país. Parte-se do princípio que "primários" sejam mercadorias de menor valor agregado, produzidas com baixa intensidade tecnológica, intensivas em recursos

naturais, geralmente em formações econômicas de menor sofisticação produtiva. Essas mercadorias são consideradas commodities e podem ser agrícolas (por exemplo, soja, milho), minerais (minério de ferro, cobre) ou energéticas (petróleo, gás natural). Caso o país já tenha alcançado a condição de exportador de bens industrializados, a ponto de participar com eles no mercado internacional em maior proporção relativa do que exporta suas commodities e, em determinado momento, essa condição se inverte, passando a exportar mais commodities do que industrializados, temos a Reprimarização da pauta exportadora. A persistência desse tipo de inserção no comércio internacional, no caso brasileiro, pode ser associada a outros fenômenos, como a desindustrialização, a vulnerabilidade territorial e a especialização produtiva regional, todos com repercussões sobre a estrutura urbano-regional. Partindo dessa interpretação, um país que sempre tenha mantido relações primário-exportadoras não passa, tecnicamente, pelo fenômeno da reprimarização, pois sempre foi "primário (exportador)".

À medida que a Reprimarização da pauta exportadora foi se intensificando, o termo ganhou complementos qualificativos, como Reprimarização da Economia, Reprimarização do Desenvolvimento, Reprimarização Territorial, com intrínseco significado de retrocesso, de voltar a algo já superado ou com efeitos sócio-econômico-ambientais perversos. Embora contenha certa universalidade, como fenômeno histórico e espacialmente determinado, a Reprimarização Territorial tem suas particularidades no Brasil, o que nos levou a nomear essa fala como "Reprimarização com características brasileiras". A Reprimarização do Território brasileiro resulta de uma construção social que preservou historicamente o latifúndio capitalista e, ao longo de décadas, construiu inovações institucionais, normas, redes de proteção e incentivo à expansão da produção de commodities, principalmente agrícolas. As demandas internacionais foram mais um aditivo do que um determinante desse fenômeno. A Reprimarização acumula espacialmente as contradições de uma formação que se desenvolve apesar das relações de dependência que têm mantido com o centro dinâmico da economia capitalista.

Esta comunicação pretende apresentar um conjunto do que chamamos de "vantagens territoriais" pensadas como combinação de elementos para administrar alguns dos efeitos da Reprimarização Territorial. Com nome inspirado nas "vantagens comparativas", consideramos que é possível pensar o Brasil pela sua formação socioespacial, pois conta com uma economia diversificada (entre as oito principais do mundo) e ativos importantes para um futuro que aponta para instabilidade climática e geopolítica.

DESINDUSTRIALIZAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO EM COMMODITIES E POLARIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: UM NOVO NORMAL?

Aristides Monteiro Neto

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada | aristides.monteiro@ipea.gov.br

No contexto atual de transformações da economia brasileira assiste-se a emergência de uma nova configuração de forças políticas com tendências conservadoras e refratárias a políticas redistributivas. Mostram-se orientadas ora pela expansão econômica em áreas do interior do país produtoras de commodities agro-minero-energético exportáveis, ora pelo declínio relativo em áreas urbanizadas das metrópoles nacionais e capitais de estados em franco processo de desindustrialização. Tendem a moldar uma certa geografia concentrada da apropriação de recursos públicos.

Na década de 2000, quando a trajetória econômica foi benigna, o ambiente político foi pouco tensionado. Posteriormente, a partir de 2014, quando crises políticas e econômicas sucessivas e inter-relacionadas se tornaram presentes, a polarização política se tornou frequente. As chamadas bancadas congressuais de apoio a demandas de setores militares e segurança pública, produtores e exportadores de grãos e carnes, e religiosos (bala, boi e bíblia) ganharam proeminência na agenda parlamentar e em alterações constitucionais relevantes para a consolidação de reformas econômicas e institucionais pró-mercado. Políticas nacionais visando o combate às desigualdades regionais de cunho redistributivo – políticas produtivas, mas também as sociais – foram duramente combatidas e tiveram suas institucionalidades e recursos reduzidos.

Quando analisada a distribuição regional de recursos federais de financiamento (desembolsos do BNDES, crédito rural, fundos constitucionais de financiamento regional/FCFs e os gastos em investimento federal) nota-se uma crescente destinação para as regiões Centro-Oeste e Sul do país, e mais efetivamente para atividades ligadas ao agronegócio exportador. Em 2010 estas duas regiões recebiam 33,7% do total das 4 fontes de recursos, ao passo que em 2021 esta parcela cresceu para 56,2%. Regiões prioritárias da política regional como Norte e Nordeste continuaram com pequenas frações dos recursos produtivos federais: 13,8% em 2010 e 14,6% em 2021, respectivamente para as duas regiões.

Registra-se que a cada vez mais forte representação política dos interesses econômicos ligados às atividades agro-minero-exportadoras em estados das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, tende a criar dificuldades para a efetivação de estratégias de reindustrialização, de retomada do investimento federal em obras de infraestrutura no Norte e no Nordeste (mais carentes) e mesmo da aplicação de recursos públicos nas agendas nacionais de inovação e do meio ambiente. Este comportamento põe em risco ações governamentais voltadas para o fortalecimento do pacto de coesão federativa e para as políticas públicas de caráter redistributivo, dentre elas, a de desenvolvimento regional.